

DESENVOLVIMENTO SÓCIOECONÔMICO NO EXTREMO NORTE BRASILEIRO: UM ESTUDO REALIZADO NA FRONTEIRA BRASIL/VENEZUELA

AUTORES:

ROSÂNGELA SARMENTO SILVA

Mestranda em Administração Pela Universidade Municipal de São Caetano do Sul – USCS -
rosangelasarmento13@gmail.com

MARCILENE FEITOSA ARAÚJO

Professora Mestre da Faculdade Cathedral e Faculdade Estácio Atual- Roraima
marcyfeitosa@hotmail.com

JOSÉ RIBAMAR TOMAZ DA SILVA FILHO

Mestrando em Administração Pela Universidade Municipal de São Caetano do Sul – USCS –
josettomaz@hotmail.com

MARCOS ANTONIO GASPAS

Professor Doutor da Universidade Municipal de São Caetano do Sulva – USCS
marcos.gaspar@uscs.edu.br

RESUMO

O objetivo deste estudo foi analisar a influência do mercado venezuelano no desenvolvimento sócioeconômico do Município de Pacaraima (Brasil), levando em consideração as reservas indígenas. O desenvolvimento surge com o papel da relação entre o estado e a sociedade. Esta relação é importante tanto para a troca de informações como para o desenvolvimento de atividades conjuntas, que muito contribui para a constituição do capital social, cujo acúmulo, pode levar a uma ampliação de eficiência econômica, incrementado a produtividade dos fatores de produção e o crescimento econômico. A metodologia utilizada foi qualitativa e quantitativa, bem como exploratória e descritiva. Quanto aos procedimentos foram utilizados: estudo de campo e levantamento *survey*. As técnicas de coleta de dados foram: entrevista semi-estruturada, aplicada com os proprietários de 30 empresas registradas e sediadas no município já referido. Quanto aos dados quantitativos foram aplicados questionários fechados a 20 turistas brasileiros e 80 moradores locais. Posteriormente, os dados quantitativos obtidos foram tabulados e organizados em softwares de planilha eletrônica (MSEXCEL) o qual, gerou o resultado dos dados quantitativos. Sendo que estes qualitativos foram analisados por meio de análise narrativa. Como antecipação dos resultados ficou evidenciado que a migração de brasileiros para aquisição de bens de consumo em Santa Elena (Venezuela) e as demarcações das terras indígenas influenciam negativamente no desenvolvimento socioeconômico do município estudado.

Palavras - Chave: Desenvolvimento socioeconômico, Mercado e Comércio fronteiriço

ABSTRACT

The aim of this study was to analyze the influence of the Venezuelan market in social and economic development of the Municipality of Pacaraima (Brazil), taking into account the indigenous reserves. The development comes with the role of the relationship between state and society. This relationship is important both for the exchange of information as to the development of joint activities, which in turn cooperate in the formation of social capital, whose accumulation can lead to an expansion of economic efficiency, increased productivity of factors of production and economic growth. The methodology used was qualitative and quantitative as well as exploratory and descriptive. The procedures were used to study and survey the field survey. The techniques of data collection were semi-structured interview, applied with the owners of 30 companies registered and based in the city cited above. The quantitative data were applied to 20 closed questionnaire Brazilian tourists and 80 local residents. Later quantitative data were tabulated and organized into spreadsheet software (MS Excel) in which generated the result of the quantitative and qualitative data were analyzed using narrative analysis. In anticipation of the results it was evident that the migration of Brazilians to purchase consumer goods in Santa Elena (Venezuela) and the demarcation of indigenous lands negative influence on the socioeconomic development of the municipality.

Words - Key: Socio-economic development, market and border

1. INTRODUÇÃO

No ponto de vista tradicional de região, vinculado principalmente à comunidade geográfica, observa-se que estas entraram numa fase de obsolescência. A evolução dos meios de comunicação, a diminuição dos custos de transportes e a conseqüente diminuição das distâncias, a ampliação das comunidades virtuais, o declínio da seriedade do Estado - Nação, o aumento do poder dos grupos internacionais e muitos outros fatores, influenciam direto ou indiretamente à globalização e demandam novas concepções acerca das questões socioeconômicas (VIEIRA, LEPORE e BRESCIANI, 2008).

As regiões não podem mais ser vistas como entidades eminentemente geográficas, pois sua construção passa a requerer subsídios de ordem econômica, política, social e cultural e psicológica, já que as regiões podem ser entendidas como representações mentais. A região, segundo esta concepção, não é apenas condição de uniformidade do espaço que a define, mas, acima de tudo, a consciência coletiva desse espaço (VIEIRA, LEPORE e BRESCIANI, 2008).

Neste contexto, observa-se que o desenvolvimento socioeconômico tem como intuito a melhoria da qualidade de vida de uma sociedade. Nas condições universais e obrigatórias ao

desenvolvimento socioeconômico fatores como: a renda mínima, o livre acesso ao emprego, a democracia, a independência nacional e o aumento de produtividade, visam melhorar a distribuição de renda entre as classes (DOMINGUES, 2004).

Ao gerar recursos por comercialização de produtos e arrecadação de impostos, as atividades do comércio possibilitam a diminuição do desemprego. Tal contexto tem-se mostrado de forma clara no Município de Pacaraima (RR) que se apresenta como principal fonte da economia local. Pacaraima está geograficamente localizada numa região de fronteira, sendo, em tese um dos pontos favoráveis ao comércio local, contribuindo para a aquisição de produtos e serviços oriundos do Brasil. Seu principal concorrente no mercado de comércio varejista é a cidade de Santa Elena de Uairén, cidade venezuelana detentora de incentivos fiscais por se encontrar situada numa Área de Livre Comércio. Tal benefício contrapõe-se ao município brasileiro, que não dispõe do mesmo.

Neste sentido, entende-se que o desenvolvimento sócio-econômico depende de estratégias adotadas pela iniciativa pública e privada, buscando a melhoria de uma região e conseqüentemente da sociedade, em que se percebe a alta cobrança de impostos incidentes sobre a comercialização no Brasil, instabilidade cambial no município e as questões indígenas são fatores determinantes para a comercialização na fronteira. Com base nisso, define-se a seguinte questão de pesquisa: *O mercado fronteiriço da Venezuela, bem como as demarcações das terras indígenas, influenciam no desenvolvimento socioeconômico do Município de Pacaraima?* Para responder essa questão, considerando a perspectiva teórica do desenvolvimento sócio-econômico, estabeleceu-se como proposição ou hipótese de pesquisa que: *O mercado do Município de Santa Elena do Uairén (Venezuela), por meio da detenção de benefícios fiscais e câmbio favorável ao Brasil, bem como e as demarcações das terras indígenas, influenciam negativamente no desenvolvimento sócio-econômico do Município de Pacaraima.*

As empresas selecionadas atuam no mercado do Município de Pacaraima há mais de cinco anos e estão oficialmente registradas na junta comercial do Estado. A instabilidade da economia venezuelana advento do câmbio favorável ao Brasil, influencia de forma negativa na economia deste município, sendo um fator preocupante para os empresários locais, em virtude do município fronteiriço de Pacaraima ser um “corredor” de passagem de turistas vindos de outros estados com destinos as cidades venezuelanas (Caribe).

As técnicas de coleta de dados utilizadas na pesquisa foram: entrevista semi-estruturada e questionário fechado. As entrevistas foram realizadas com 30 (trinta) proprietários (Gerentes) de empresas locais e um auditor fiscal da Receita federal do Município. O questionário fechado foi aplicado a 100 (cem) pessoas entre turistas e moradores locais.

Como principal resultado, percebeu-se que tanto o mercado venezuelano como a demarcação das terras indígenas, influenciam negativamente no desenvolvimento sócio-econômico do Município de Pacaraima, interferindo diretamente no desenvolvimento do estado de Roraima.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Desenvolvimento Socioeconômico

A Constituição Federal no artigo 182 estabelece que “a política de desenvolvimento urbano, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais das cidades e garantir o bem-estar de seus habitantes” e é “executada pelo Poder Público Municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei”. O artigo deixa claro que a autonomia dos municípios é limitada, pois sua política é dependente de diretrizes fixadas em lei porque trata-se de lei federal, visto que, à União compete instituir as diretrizes para o desenvolvimento urbano (CONSTITUIÇÃO, 1988).

O crescimento desordenado das cidades no Brasil, influenciado pelo grande fluxo de pessoas saindo do campo para os grandes centros desde a década de 70, vem trazendo conseqüências sociais assimétricas no uso do solo urbano provocando discussões políticas e sociais. As execuções de políticas de desenvolvimento urbano compõem dimensões voltadas para o desenvolvimento adequado da rede urbana ou sistema de cidades de caráter nacional, regional e estadual, que é executado pela União, Estados e Municípios (SEN, 2000; SPINK; 2001).

Neste caso, os atuais modelos de políticas regionais fundamentam-se em forma de descentralização, cujo fito é instigar o desenvolvimento local com base na força da comunidade por meio da articulação dos atores presentes na região, respeitando assim, as vocações e tradições locais sem impor modelos prontos de desenvolvimento. Tal fato estimula o desenvolvimento e as potencialidades de uma região (TONEDO JR., 2004).

No que tange o desenvolvimento, surge o papel da relação entre o estado e a sociedade, ressaltando a importância das relações entre eles. Esta relação é importante tanto para a troca de informação como para o desenvolvimento de atividades conjuntas, cooperando na constituição do capital social, cujo acúmulo, pode levar a uma ampliação de eficiência econômica, ampliando a produtividade dos fatores de produção e o crescimento econômico. Outrossim, quanto maior a interação maior tende a ser o capital social, pois a simples articulação ou organização da sociedade, sem qualquer alteração na dotação de fatores, colabora com o desenvolvimento econômico e pode modificar a situação de uma determinada região (SPINK, 2001).

O atual contexto de desenvolvimento socioeconômico do Estado capitalista pode ajudar a compreender a complexa relação do Estado e a sociedade (JESSOP, 1982; JESSOP, 1996; SPULBER, 1997). Neste sentido, o estado é um fator de coesão das muitas contradições sociais ao mesmo tempo em que aparece como o principal intérprete dos interesses coletivos (POULANTZAS, 1968). Assim, o estado torna-se o principal ator do desenvolvimento de uma sociedade. Conforme salienta Jessop (1996: 341), o desenvolvimento “compreende distintos grupos de instituições e organizações cuja a função social é aceitar, definir e fazer cumprir decisões coletivas dos membros da sociedade em nome do interesse comum e da vontade geral” (JESSOP, 1996).

Portanto, o estado é um lugar privilegiado, no qual as decisões coletivas podem ser realizadas, ele é também o lugar onde a bem sucedida organização do bloco hegemônico do capital pode definir e realizar seus interesses específicos, a respeito dos interesses de outros grupos ou classes sociais (OLIVEIRA, CALEGÁRIO, MARTINHAGO, 2007).

O desenvolvimento de uma economia significa o incremento da disponibilidade de bens e serviços para fins de consumo e investimento. Não há aumento de investimento numa economia de livre empresa, sem haver também aumento de consumo, assim este aumento não pode ser identificado como forma de sacrifício (OLIVEIRA, CALEGÁRIO, MARTINHAGO, 2007).

O entendimento de desenvolvimento significa também a criação de perspectiva de melhoria para a população, ou seja, a oferta do aumento da ocupação na zona rural e nas cidades, como também da mobilidade social. Assim, o desenvolvimento projeta-se na consciência da população como um estado de expectativa permanente da melhoria material (OLIVEIRA, CALEGÁRIO, MARTINHAGO, 2007).

No entendimento de Sen (2000: 2) o tipo ideal de desenvolvimento é a expansão econômica, como também o desenvolvimento da educação, liberdade política, acesso à saúde, condições de saneamento, segurança, e conseqüentemente a melhoria de vida para os jovens e adultos. Para a autora, este cenário de modificações econômicas e social que a globalização apresentou no começo do século, os aspectos econômicos, sociais e culturais sinalizam para a necessidade de inclusão de novos conhecimentos dos processos produtivos em sintonia com as novas demandas da sociedade.

Assim, os processos de aprendizagem e inovação são promotores de desenvolvimento econômico, social e, acima de tudo, humano, sem deixar de citar o meio ambiente que influencia no processo de desenvolvimento. Neste contexto, destaca-se a necessidade de preservação do mesmo, com condições satisfatórias para as próximas gerações a fim de se garantir a sobrevivência humana. No entanto, para atingir essa condição a participação da sociedade e de governantes é requerida como indispensável, visto que, possibilita a conjugação de esforços e a pluralização das idéias (SEN, 2000). Assim, Baseando-se no desenvolvimento sócio-econômico que é o foco desta pesquisa, apresenta-se o contexto fronteiro da região estudada.

2.2 Contexto Fronteiro de Roraima

Localizado no extremo norte do país, Roraima tem como sua capital a cidade de Boa Vista, que faz fronteira ao norte e nordeste com a Venezuela, ao leste com a República Cooperativa da Guiana, além de divisas a oeste e ao sul com o Estado do Amazonas e ao sudeste com o Estado do Pará. Seu território compreende uma área de 225.116,1km², sendo composto em sua maior parte, por terrenos cristalinos pertencentes ao Escudo das Guianas (RUFINO, 2005).

Roraima é o estado brasileiro de menor densidade populacional do país. Nos últimos anos os constantes movimentos migratórios inter-regionais deram sua parcela de colaboração para o crescimento de sua população que vem ocorrendo nas últimas décadas. No início da década 70, os indígenas eram os únicos habitantes do estado, já na atualidade Roraima vem crescendo aproximadamente 3% ao ano, fato relevante frente ao atual cenário de demarcação das terras indígenas Raposa Serra do Sol e Reserva São Marcos. Se antes as pessoas eram atraídas pelo garimpo, atualmente o que mais atrai imigrantes são os empregos gerados por concursos públicos, uma das maiores fontes pagadoras no estado (RUFINO, 2005).

Roraima é um espaço de múltiplas fronteiras, porque compreende fronteiras geopolítica, étnica e cultural que inclui o Município de Pacaraima, o que faz fronteira com a Venezuela, especificamente com a cidade de Santa Elena do Uairén, principal porta de entrada para o país venezuelano, entretanto, as fronteiras são limites imaginários no contexto social, e numa visão geopolítica, como um limite burocrático administrativo ambíguo que, ao mesmo tempo em que aplica as ações protecionistas com o intuito de equilibrar a economia interna, permite ultrapassá-las (MELO, 1997; RUFINO, 2005).

Neste viés, destaca-se o Município de Pacaraima que tem baixa densidade demográfica, compreendendo uma população de brasileiros imigrantes, indígenas e estrangeiros. Faz fronteira ao norte com a Venezuela, ao leste com a comunidade indígena Raposa Serra do Sol e ao sul com a comunidade indígena Reserva São Marcos (FREITAS, 1996). O município foi emancipado em 17 de junho de 1995, a partir do desmembramento da capital Boa Vista, passando a funcionar como entreposto comercial, o que atrai diversos turistas brasileiros para realização de compras de bens de consumo básico e eletroeletrônico no Município de Santa Helena do Uairén (Venezuela). Um dos fatores que mais influencia essa migração de brasileiros para efetuarem compras neste país é o câmbio favorável ao Brasil que atualmente custa R\$ 1,00 (um real) para BF\$ 4,80 (quatro bolívares fortes e oitenta centavos) (RUFINO, 2005).

2.3. Câmbio na fronteira Brasil/Venezuela

O mercado paralelo predomina na cidade de Pacaraima. Tal prática também é bastante comum no Município de Santa Helena de Uairén (Venezuela), onde há uma grande disparidade entre o câmbio oficial e câmbio praticado no mercado paralelo, fato que contribui para motivar os brasileiros a efetuarem suas compras no país vizinho. O câmbio praticado pelo mercado paralelo em Pacaraima e Santa Elena chega à cotação de R\$1,00 (Um Real) para cada BF\$ 4,80 (quatro bolívares fortes e oitenta centavos) como já foi sinalizado, tornando bastante atrativa a aquisição por parte dos consumidores brasileiros de produtos comercializados na Venezuela.

No Brasil, as operações de câmbio não podem ser praticadas livremente e deve ser conduzidas por meio de um estabelecimento bancário autorizado a operar em câmbio, o que não ocorre no Município de Pacaraima, pois não há uma casa de câmbio oficial, pois, o único órgão que trata da troca legal da moeda é o Banco do Brasil, que neste caso, não faz o câmbio

da moeda venezuelana, somente do real para o dólar. Assim sendo, Ratti (2001) argumenta que toda economia de mercado bem-sucedida tem que combinar estado e mercado. Ainda conforme o autor mercados mais livres exigem órgãos reguladores mais capazes.

Neste sentido, Maia (2007) destaca que, os países que tiveram melhor desempenho econômico foram aqueles que liberaram parcial e gradualmente sua economia. O autor argumenta ainda que o mercado controlado de câmbio é aquele em que a presença do governo é intensa, restringindo a liberdade de câmbio; a compra e venda da moeda estrangeira obedecem às normas do Governo. Neste caso, o turista que viaja para o exterior necessita declarar o montante, o que não ocorre na fronteira Brasil/Venezuela.

Nesta fronteira, os turistas que adentram para o país vizinho, fazem o câmbio da moeda brasileira (Real) para a moeda venezuelana (Bolívar forte) livremente no câmbio negro, possibilitando a sonegação de impostos. As normas governamentais do país informam que os cidadãos e as empresas não podem manter contas no exterior e não é permitido comprar e vender moeda estrangeira livremente; as taxas de compra e venda é estabelecida pelo governo, que nem sempre leva em conta as necessidades econômicas (MAIA, 2007).

Segre e Cinti (2006) relatam que a constituição de um mercado de câmbio envolve a negociação de moedas estrangeiras, e, cidadãos interessados em movimentar essas moedas da mesma forma como outros preços na economia são determinados pela interação entre compradores e vendedores. As taxas de câmbio são determinadas pela interação entre famílias, empresas e instituições financeiras, que compram e vendem moeda estrangeira para fazerem pagamentos internacionais, assim, o mercado em que se dá o comércio de moeda internacional é denominado mercado de câmbio (KRUGMAN e OBSTFELD, 2005).

3. METODOLOGIA

O problema de pesquisa a perspectiva teórica apontam para a adoção das abordagens qualitativa e quantitativa. Uma pesquisa qualitativa é indicada para explorar processos possibilitando interpretar e explicar os fenômenos estudados (GODOY, 1995; YIN, 2005; GODOI, BANDEIRA-DE-MELO e SILVA, 2006). Por outro lado, a pesquisa quantitativa tem por objetivo identificar os aspectos mais importantes que enfocam no desenvolvimento sócio-econômico no Município de Pacaraima.

Do ponto de vista do objetivo de pesquisa esta se caracteriza como exploratória e descritiva. A pesquisa exploratória se define como uma pesquisa de sondagem, que visa

desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias (GIL, 2006). A pesquisa descritiva tem o objetivo de descrever as características de determinada população ou fenômeno, estabelecendo relação com as variáveis (GIL, 2006).

Quanto aos procedimentos, a pesquisa se define como um estudo de campo e levantamento *Surveys*. O estudo de campo enfatiza a análise da estrutura do poder local, estudando um único grupo ou comunidade em termos de sua estrutura social. Neste caso, a pesquisa de campo realizada, compreendeu a gerência de 30 (trinta) em um universo de 100 (cem) empresas oficialmente registrada na junta comercial do estado. O levantamento *Surveys* foi aplicado a 20 (vinte) turistas e 80 moradores no município (Quadro 1). Vale salientar que a população do Município de Pacaraima, segundo o censo 2010 é de 10.448 habitantes.

Numero	Nível	Instrumento	Duração
30	Empresários	Entrevista semi- estruturada	1 h 30 min.
20	Turistas	Questionário fechado	20 min.
80	População	Questionário fechado	20 min.

Figura 4: Planejamento da coleta de dados (entrevistas e questionários)

Fonte: Elaboração própria

As técnicas de coleta de dados utilizadas foram entrevista semi-estruturada e questionário fechado. Em relação à análise dos dados de pesquisa, utilizou-se a análise narrativa das entrevistas realizadas com os empresários. Já os dados coletados por meio do questionário, foram tabulados e organizados em softwares de planilha eletrônica (MSEXCEL) no qual, gerou o resultado dos dados quantitativos. As táticas apresentadas são as mais recomendadas para esta investigação, visto que, a análise das variáveis permite buscar a resposta referente à questão de pesquisa, tendo como base o marco teórico revisado.

Apresentam-se nesta fase da pesquisa, as variáveis usadas no processo de coleta de dados. Tais variáveis foram utilizadas para facilitar a análises e a geração dos resultados de pesquisa, bem como, a relação destas com as proposições/ hipóteses teóricas que serviram de suporte para as resposta da questão de pesquisa (Quadro 2).

QUESTÃO DE PESQUISA	PROPOSIÇÕES/ HIPOTESE	VARIÁVEIS
<i>O mercado fronteiriço da Venezuela, bem como as demarcações das terras indígenas, influenciam no desenvolvimento socioeconômico do</i>	O mercado do Município de Santa Elena do Uairén (Venezuela), por meio da detenção de benefícios fiscais e câmbio favorável ao Brasil, bem como as demarcações	Va: câmbio favorável ao Brasil
		Vb: órgãos fiscalizadores (RECEITA ESTADUAL e FEDERAL)

<i>Município de Pacaraima?</i>	das terras indígenas, influenciam negativamente no desenvolvimento sócio-econômico do Município de Pacaraima.	V1c: mercado venezuelano
--------------------------------	---	---------------------------------

Quadro 2: Constructo da pesquisa

Fonte: Elaboração própria

Neste contexto, levando-se em consideração a questão de pesquisa, a proposição e hipóteses, tal como, as variáveis de pesquisa passa-se a analisar os resultados encontrados no estudo.

4. ANALISE DOS RESULTADOS

Variável **Va (câmbio favorável ao Brasil)**: Todos os empresários entrevistados mostraram-se insatisfeitos com a problemática do câmbio Venezuelano favorável ao Brasil. Neste sentido, um empresário do ramo de estivas destaca que:

“O favorecimento do câmbio aos consumidores brasileiro prejudica significativamente a venda de alguns produtos como material de limpeza, que quase não tem saída nos comércios do município. Por outro lado, a calabresa e o chocolate garoto são os produtos mais vendidos para os consumidores venezuelanos.

O que é relatado pelo empresário pode ser confirmado no questionário aplicado aos consumidores e turistas, sendo que, 62% dos consumidores pesquisados afirmam que fazem compras no país vizinho em virtude dos preços serem mais baixos do que os praticados no comércio brasileiro, sendo um dos fatores determinante na decisão de compra.

A maioria dos empresários entrevistados tem o mesmo pensamento em relação ao alto nível de compra de produtos de consumo básico, realizados pelos consumidores brasileiros principalmente os moradores locais. Assim, destaca um empresário: *“a baixa procura por determinados produtos brasileiros é influenciada diretamente pela concorrência desleal com relação aos produtos venezuelanos”*. Segundo o empresário tal fato tem provocado muitos problemas para as empresas locais, já que, as empresas vendendo ou não seus produtos não podem deixar de pagar seus impostos.

Ratti (2001) argumenta que toda economia de mercado bem-sucedida tem que combinar estado e mercado. Segundo o autor, mercados mais livres exigem órgãos reguladores mais capazes, o que não ocorre no Município de Pacaraima, mesmo havendo órgãos regulamentadores como Sefaz Estadual e Receita Federal.

Em relação à variável **Vb (órgãos fiscalizadores - Receita Federal e Estadual)**: Um dos empresários entrevistados, informou que:

O Brasil faz uma longa fronteira com a Venezuela com pouca fiscalização da força nacional, isso, acaba gerando o descaminho de mercadorias oriundas da Venezuela quando as mesmas ultrapassam a cota estabelecida pela receita federal no valor de BF\$ 650,00 (seiscentos e cinquenta bolívares forte) que convertendo para a o dólar fica US\$ 300,00 (trezentos dólares).

Outro fator importante evidenciado na pesquisa, foi que 75% dos consumidores/turistas pesquisados destacaram que o câmbio favorável ao Brasil influencia diretamente o volume de compra realizada por estes, ultrapassando, às vezes, o valor da conta estipulada.

Ainda neste sentido, um dos empresários entrevistado afirma que:

“Apesar dos produtos eletrônicos não terem garantia oferecida pelos comerciantes Venezuelanos; a diferença de preço exorbitante acaba por atrair esses consumidores, que mesmo tendo tais produtos no mercado local/ Brasil, com garantia de fábrica e facilidade de pagamento, ainda assim, prefere comprar produtos no mercado Venezuelano em dinheiro, devido o preço”.

Outro empresário local salienta que:

“Mesmo que haja uma maior fiscalização dos órgãos competentes, os mesmos acabam fechando os olhos para esta problemática, já que nem sempre os veículos que voltam de Santa Helena de Uairén (Venezuela) são revistados, passando livremente com vários tipos de produtos, sem nenhuma fiscalização. Os produtos de informática, como *notebook* são os que mais passam sem pagar imposto, por serem fáceis de esconder no veículo”.

Diante de tais afirmativas, corroboradas por Oliveira, Calegário, Martinhago (2007) salientam que o desenvolvimento de uma economia significa o incremento da disponibilidade de bens e serviços para fins de consumo e investimento. Neste caso, segundo os autores não há aumento de investimento, numa economia de livre empresa, sem haver também aumento de consumo, assim o aumento do mesmo não pode ser identificado como forma de sacrifício.

Quanto às medidas protecionistas dos órgãos competentes na fiscalização junto aos consumidores brasileiros que fazem suas compras no mercado venezuelano, 62% dos pesquisados informaram que esses órgãos não atuam como deveriam, já que há períodos de intensa fiscalização e outros no qual se passa livremente. Um dos empresários entrevistados afirma que: *“Há uma época em que todo veículo vindo da Venezuela é fiscalizado tanto pela Policia Federal, quanto pela Receita Federal e Estadual com muito rigor e outras em que as barreiras ficam completamente abandonadas”*.

O período informado pelo empresário, refere-se às férias escolares, páscoa, natal e feriados, períodos aos quais há um grande número de pessoas, tanto da capital Boa Vista/RR, como de outros estados vizinhos (Amazonas e Pará) com destino ao Caribe motivados pelo câmbio favorável e pelo preço baixo do combustível venezuelano, comparado ao praticado no Brasil.

Ainda com base a **variável Vb**, o auditor fiscal da Receita Federal de Pacaraima, em entrevista concedida a esta pesquisa, informou que a receita federal apertou o cerco aos contribuintes que entraram no Brasil com produtos importados oriundos da Venezuela, assim, destaca que: *“o consumidor que adquirir compras acima de 650 bolívares fortes e não fizer a Declaração de Bagagem Acompanhada (DBA), estará sujeito à perda do produto e à multa de 50% sobre o valor do imposto sonegado”*.

Variável Vc (Mercado Venezuelano): Esta variável, segundo a maioria dos entrevistados, é um dos fatores que mais influenciam nas compras dos brasileiros no mercado venezuelano, já que a alta carga tributária brasileira reflete diretamente no preço final dos produtos nacionais. Tal fato, acaba contribuindo na elevação do preço de venda das mercadorias no Brasil, neste sentido, 76% dos consumidores entrevistados afirmam que compram produtos no mercado venezuelano, devido ao preço, pois, o mesmo produto vendido no Brasil tem uma diferença de quase de 50% a mais, do que os vendidos no país vizinho.

Na Venezuela há uma diferença considerável em comparação ao Brasil, tendo em vista que sua carga tributária é relativamente baixa, contribuindo assim, para o baixo custo dos produtos. Entretanto, outro aspecto que também necessita ser considerado nesta pesquisa é que, o Município de Santa Helena do Uairén (Venezuela) é uma Área de Livre Comércio (ALC), que goza de incentivos fiscais diferenciados. Esse é um fator de grande relevância, visto que, geram-se grandes estímulos para o consumo dos produtos estrangeiros por parte dos consumidores brasileiros, que vislumbram na elevada carga tributária brasileira um empecilho as compras nacionais.

Durante as entrevistas com os empresários uma das reivindicações mais evidente foi a questão da transferência da Área de Livre Comércio (ALC) do Município de Bonfim para o Município de Pacaraima, os empresários argumentam que a transferência da ALC Bonfim para Pacaraima contribuiria com o desenvolvimento socioeconômico do município, pois as empresas que encontram-se numa área de livre comércio gozam de incentivos fiscais

diferenciados das demais regiões da federação com a isenção de impostos como, ICMS, PIS e COFINS.

Quanto ao ICMS, o incentivo varia conforme a origem do produto, dependendo do Estado o mesmo fica entre 7% e 12%, já o PIS e COFINS a isenção é conforme a modalidade da empresa fornecedora, se esta for de lucro real somando os dois impostos o incentivo fica 9.25%, se a empresa for lucro presumido a soma dos mesmos ficam 3.65% (SUFRAMA, 2011).

Vale resaltar que, o Município de Pacaraima já possuiu uma área de livre comércio, no qual foi transferida para o Município de Boa Vista por meio da lei 11.732 no ano de 2008. Entretanto, no período em que o município gozava de incentivos fiscais da ALC, não se observou nenhum desenvolvimento socioeconômico, neste caso, acredita-se, que o maior entrave para o desenvolvimento socioeconômico do município refere-se à demarcação das terras indígenas, o que inviabiliza investimentos em novas empresas devido o município se localizar em meio de reservas indígenas, ao norte do Estado de Roraima fazendo fronteira também ao norte com a Venezuela, ao leste com a reserva indígena Raposa Serra do Sol e ao sul com a reserva indígena São Marcos inviabilizando o seu desenvolvimento.

Visando responder a questão de pesquisa: Como o mercado fronteiriço da Venezuela influencia no desenvolvimento socioeconômico do Município de Pacaraima, levando em consideração as reservas indígenas? Passa-se a analisar a proposição/hipótese elaborada para este estudo.

P/H: O mercado do Município de Santa Helena do Uairén (Venezuela), por meio do câmbio favorável ao Brasil e as demarcação das reservas indígenas brasileira, influencia negativamente no desenvolvimento socioeconômico do Município de Pacaraima.

Destaca-se que o mercado venezuelano influencia negativamente no desenvolvimento sócioeconômico do Município de Pacaima em virtude do câmbio favorável ao Brasil. Tal fato atrai diversos consumidores brasileiros para o país vizinho, com intuito de realizar compras de produtos eletroeletrônico e produtos de consumo básico.

Outra variável levada em consideração, que influencia também no desenvolvimento sócioeconômico do município é a questão da demarcação das reservas indígenas (São Marcos e Raposa Serra do Sol), que impossibilita a entrada de novos empresários na região. Neste sentido, evidencia-se que a proposição teórica foi confirmada conforme estudo empírico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo analisar a influência do mercado venezuelano no desenvolvimento sócio econômico do Município de Pacaraima (Brasil), levando em consideração as reservas indígenas. Ficou constatado na investigação empírica que, o mercado venezuelano tem influência negativa no desenvolvimento socioeconômico no Município de Pacaraima, porque a maioria dos consumidores pesquisados preferem comprar produtos de bens e consumo no país vizinho, levando em consideração o câmbio favorável ao Brasil.

Neste ponto, vale salientar que a influência do mercado venezuelano prejudica a economia de Pacaraima, sendo que, os empresários locais deixam de adquirir alguns produtos para serem comercializados em virtude destes serem vendidos no país vizinho a preços mais acessíveis. Tal fato acaba gerando um déficit na economia local por meio da diminuição na arrecadação dos impostos e, conseqüentemente a redução de empregos formais prejudicando assim os investimentos sociais como saúde e educação dentre outros.

Ainda, conforme relatos, os empresários não se sentem atraídos para realizarem investimentos de infraestrutura comercial, já que, foi possível perceber que, a maioria dos estabelecimentos comerciais do município não dispõe de estrutura comercial adequada devido a falta de perspectiva de crescimento e desenvolvimento local. Vale salientar ainda que crescimento não é sinônimo de desenvolvimento (SPINK, 2001), pelo fato de que, a população conforme censo de 2008 em relação a 2010 cresceu aproximadamente 13,7%, evidenciando assim a falta de desenvolvimento socioeconômico.

Em relação à questão indígena é evidente a inviabilidade de investimento por parte de empresas (empresários) no município, em virtude da instabilidade política e social desencadeadas por conta das demarcações das terras indígenas. Fato este que acaba impossibilitando a entrada de novos empresários no mercado local.

As limitações desse estudo são referentes a distância dos pesquisadores com relação ao local pesquisado, bem como, a falta de interesses dos pesquisados em responder o questionário e as entrevistas.

Como futura linha de pesquisa indica-se o aprofundamento do estudo em desenvolvimento sócioeconômico em outros municípios do estado, bem como de outras regiões do país, haja vista que, tanto o estado de Roraima como a região norte e demais regiões como um todo, carecem de pesquisa voltada para esta temática. Sugere-se ainda que seja realizados estudos comparativos entre outros municípios fronteiriços brasileiros.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990. 168 p. (Série Legislação Brasileira).

DOMINGUES, R. **Conceito e medição de Desenvolvimento Sócio-econômico**, 2004. Disponível em: <<http://www.ronalddomingues.com/index.php>>. Acesso em: 20 de junho 2011.

FREITAS, Aimberê. **Geografia e História de Roraima**. 2 ed. Manaus, AM: Grafima, 1996 Boa Vista-RR.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELO, R.; SILVA, A. B. **Pesquisa Qualitativa nas Organizações - Paradigmas Estratégias e Métodos**. São Paulo: Saraiva, 2006.

GODOY, A.S. Pesquisa Qualitativa: Tipos Fundamentais. *Revista de Administração de Empresas*; v.35, n.3, p.20-29, mai/jun 1995; São Paulo; 1995.

JESSOP, Bob. *The capitalist state: marxist theories and methods*. Oxford: Martin Robertson, 1982.

_____. *State theory: putting the capitalist state in its place*. 2nd ed. Cambridge: Polity Press, 1996.

JUCER – Junta Comercial do Estado de Roraima – **Departamento de cadastro de empresas**, Disponível em: www.jucer.gov.br, acessado em 17/maio de 2011.

KRUGMAN, Paul R. **Economia Internacional: teoria e política**/ Paul R Krugman, Maurice OBSTFELD; tradutor técnico Eliezer Martins Diniz. – São Paulo: Pearson Addison Wesley, 2005.

MAIA, Jayme de Mariz. **Economia internacional e comércio exterior**. – 11. Ed. – São Paulo: Atlas, 2007.

MELO, José Luiz Bica de. **Reflexões Conceituais sobre Fronteira** in CASTELLO, Iara Regina et al (Orgs.). **Fronteiras na América Latina: espaços em transformação**, Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS/Fundação de Economia e Estatística, 1997, p. 68.

OLIVEIRA, E.R. CALEGÁRIO, C. L. MARTINHAGO, D. Z **Plano Diretor e Desenvolvimento Regional: Um Estudo de uma Microrregião do Sul de Minas Gerais – XXXI Enanpad – Rio de Janeiro - 2007**.

POULANTZAS, Nicos. **Political power and social classes**. London: NLB, 1968.

RATTI, Bruno. **Comércio internacional e câmbio**. 10. Ed. São Paulo: Aduaneiras, 2001.

RUFINO, Alessandra Santos. **A mídia impressa roraimense e as representações sociais sobre a fronteira e os imigrantes**. Roraima, 2005 p.7.

SEGRE, German; CINTI, Thadeu. **Manual prático de comércio exterior**. São Paulo: Atlas, 2006.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 409p.

SPULBER, Nicolas. **Redefining the state: privatisation and welfare reform in industrial and transitional economies**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

SPINK, Peter. **O lugar do lugar na análise organizacional**. Rev. adm. contemp. [online]. 2001, vol.5, n.spe, pp. 11-34. ISSN 1982-7849.

SUFRAMA, Superintendência da Zona Franca de Manaus. **Icentivos fiscais na Amazônia Ocidental** – Disponível em: www.suframa.gov.br, Acessado em 23/maio de 2011.

TONEDO JR. R. **Proposta para a avaliação dos pólos de desenvolvimento integrado**. Banco do Nordeste, Fortaleza, 2004. 272 p. www.alago.org.br. Acessado em 20 de abril/09.

VIEIRA, R. B. LEPORE, W. BRESCIANI, L.P. **O Projeto APL Plásticos e a Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC: a Competitividade Empresarial no foco das ações promovidas pela Organização da Sociedade Civil para a promoção de Desenvolvimento Regional** – Encontro de Administração Pública e Governança - ENAPG – Salvador – BA – 2008.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3 ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.